

# **NARRATIVAS CAMPESINAS E AFRO-REFERENCIADAS SOBRE A NECROPOLÍTICA AMBIENTAL: a expansão das eólicas nos assentamentos da Mata Norte de Pernambuco.**

**Luis Antônio da Silva Soares**  
[luissoarescs@gmail.com](mailto:luissoarescs@gmail.com)

**Camila Silva de Lima**  
[camila.lima@paulista.ifpe.edu.br](mailto:camila.lima@paulista.ifpe.edu.br)

---

## **RESUMO**

Neste artigo são analisados os impactos socioambientais ocasionados pela implementação da Linha de Transmissão 500 kV Campina Grande III – Pau Ferro no Assentamento Chico Mendes II, na Zona Rural do município de Tracunhaém (PE). O principal campo de trabalho foi delimitado em uma das parcelas do assentamento, o Sítio Agatha. O objetivo principal é apresentar perspectivas campesinas e afro-referenciadas acerca da implementação de uma linha de transmissão de alta tensão no Sítio Agatha. Essas perspectivas são associadas aos conceitos de necropolítica ambiental, campesinato negro e agricultura familiar. As principais técnicas de coleta desta pesquisa qualitativa foram a entrevista narrativa e a observação participante. Conclui-se que a expansão das Linhas de Transmissão na Mata Norte de Pernambuco impacta significativamente o modo de vida do campesinato negro.

Palavras-chaves: necropolítica ambiental; campesinato negro; energia eólica.

## **ABSTRACT**

These are the occasional socio-environmental impacts caused by the implementation of the 500kV Campina Grande III – Pau Ferro Transmission Line in the Chico Mendes II Settlement, in the Rural Area of the municipality of Tracunhaém (PE). The main field of work was delimited in one of the plots of the settlement, Sítio Agatha. The main thing is to present peasant and Afro-referenced perspectives about a transmission line of high implementation in Sítio Agatha. These perspectives are associated with the concepts of environmental necropolitics, black peasantry and family farming. The main collection techniques of this qualitative research were the narrative interview and the participant observation. The article concludes that the expansion of wind farms in the Northeast region of Brazil significantly impacts the ways of life of the black peasantry.

Keywords: environmental necropolitics; black peasants; wind energy.

## 1. INTRODUÇÃO

Este artigo é um desdobramento da minha experiência profissional como consultor do projeto Transmitindo Resistência: fortalecimento institucional e construção de ferramentas políticas para enfrentar os impactos da instalação das linhas de transmissão. Em termos gerais, esse projeto construiu uma plataforma de formação comunitária em avaliação e monitoramento dos impactos advindos da implantação da Linha de Transmissão 500 kV Campina Grande III – Pau Ferro. E produziu uma cartilha intitulada "Transmitindo Resistência: estratégias de enfrentamento aos megaempreendimentos de energia".

Nessa experiência profissional, que não se limitou ao trabalho propriamente dito, percebi que o Sítio Agatha é um território propício à observação dos impactos socioambientais gerados pelas linhas de transmissão, por conta da ancestralidade africana e o protagonismo de mulheres negras na fundação e coordenação dessa parcela. A construção de parques eólicos na Região Nordeste impacta os assentamentos da reforma agrária e os modos de vida do campesinato negro (NERI, 2020).

Nem a pandemia da Covid-19 impediu a instalação das linhas de transmissão no assentamento Chico Mendes II, na Zona Rural do município de Tracunhaém (PE), na Mata Norte de Pernambuco. Estudos apontam que a instalação dessas linhas nos assentamentos fragmenta a vegetação nativa e aumenta os processos erosivos. Além disso, há indicativos de que a convivência do campesinato com a energia de alta tensão aumenta a incidência de tumores, depressão, abortos espontâneos, esclerose lateral amiotrófica, Alzheimer e problemas cardíacos (NERI, 2020).

Este artigo relacionará padrões culturais dos camponeses negros na Mata Norte Pernambucana à materialidade das linhas de transmissão nos seus territórios; e proporrá um aprofundamento teórico afroreferenciado sobre a expansão dos parques eólicos no Nordeste Brasileiro. De tal maneira, que os pesquisadores, movimentos sociais, as organizações da sociedade civil e as comunidades

tradicionais encontrarão uma reflexão socioambiental das práticas políticas e cotidianas em um assentamento rural.

Seguirão estas sessões: um debate teórico sobre o campesinato negro, a necropolítica ambiental e a energia eólica; uma contextualização do Sítio Agatha; o relato dos caminhos metodológicos da pesquisa, a análise dos dados coletados e o resultados dessas análises. Vale ressaltar que a pesquisa abordou os impactos socioambientais ocasionados pela implementação da Linha de Transmissão 500 kV Campina Grande III – Pau Ferro no assentamento Chico Mendes II. Na conclusão, afirmarei que a distribuição da energia eólica: é uma necropolítica ambiental do Estado Brasileiro, está articulada com fundos internacionais de investimentos e impacta negativamente a fauna, flora e o bem-estar do campesinato negro.

## 2. DESENVOLVIMENTO

Raça é o elemento central das desigualdades socioeconômicas no mundo rural brasileiro. “Raça” é uma categoria fundante da sociedade brasileira, logo fundamental à sociedade agrária, presente no cotidiano das relações interpessoais, institucionais e estruturante do acesso a direitos. Por meio de uma revisão bibliográfica, desencadeada pelo objetivo de analisar as narrativas de camponesas negras na Mata Norte de Pernambuco, também busquei contribuir com o debate sociológico .

É importante pontuar que persiste, no Brasil, uma ideologia que oculta o racismo na fonte das desigualdades sociais. Contudo, também são persistentes as vozes que denunciam tal apagamento. Segundo Nascimento (1978), a concepção da sociedade brasileira se orienta pelo mito da democracia racial. Essa tese revelou a violência racista no cerne da identidade nacional. Quando a ideologia do “mito da democracia racial” surgiu, oficialmente, não havia racismo no Brasil, já que não era tão explícito quanto nos Estados Unidos, nem legalizado, tal qual o *apartheid* sul-africano (NASCIMENTO, 1978). O mito é uma narrativa fantasiosa e irreal. Falar do 'mito da democracia racial' nos faz pensar que a democracia racial não existe. Na verdade, hoje em dia, especialmente no Brasil, a democracia racial é uma mentira.

O mito da democracia racial enaltece a mistura de sangue e o sincretismo religioso com o propósito de preservar a hegemonia das elites brancas. Isto produz efeitos, por exemplo, sobre a produção energética. Não à toa, durante toda a pesquisa, foi reconhecido o poder estrutural da supremacia branca, cuja função é reproduzir a lógica política que perpetua e mantém a dominação social, histórica e industrial por pessoas brancas. Nesse sentido, o passado colonial da sociedade brasileira ainda está vivo, período marcado por trezentos anos de escravidão, nos quais foi mobilizada a maior força de trabalho cativa da história da humanidade.

Em termos gerais, a natureza do capitalismo brasileiro é dependente das nações mais desenvolvidas. Além disso, as desigualdades raciais não são opostas à reprodução desse tipo de capitalismo. Logo, as desigualdades raciais persistem na posse dos territórios rurais e na inserção no mercado (FERNANDES, 2007). Definitivamente, a supremacia do homem branco não foi superada após a abolição. Contrariamente, tal supremacia persiste no projeto de nação. Para Nascimento (2002), a demonstração taxativa do autoritarismo brasileiro é a brutalidade e a constância do desrespeito do Estado para com as famílias negras.

No caso das mulheres negras, elas sofreram com o rótulo de “inumanas”, por isso exauridas em benefício dos interesses mercantis das metrópoles europeias e elites locais durante o período colonial. Era negado, às africanas escravizadas, o direito de ter família, por serem forçosamente delimitadas pela casa grande aos papéis de reprodutora e escrava sexual dos senhores de terra. Foi essa exploração que alimentou o projeto de clareamento da população negra no Brasil. Pois, as elites, após a abolição, buscaram uma identidade nacional no extermínio da “mancha negra” na sociedade brasileira. (NASCIMENTO, 1977)

A noção de “raça” estrutura as relações sociais e o acesso a direitos básicos, como a posse da terra pelo campesinato negro. Sabidamente, a raça não existe biologicamente, porém é um dado social influente nas desigualdades sociais. A ideia de raça estabelece uma categoria de animalização, o que leva a uma desumanização sistêmica das pessoas negras. Isso ocorre porque, historicamente no mundo rural, não há reconhecimento da humanidade do campones negro, o que as coloca em uma posição de desproteção legal.

Esse fenômeno é influente e tem efeitos prejudiciais na agricultura familiar. O modelo atual de produção e distribuição de energia eólica na Região Nordeste retoma a discriminação racial a partir de processos de terror e adoecimento, que ameaçam as comunidades camponesas negras tanto na implementação das linhas de transmissão quanto no aprofundamento da precarização fundiária das suas parcelas. Por isso, os megaempreendimentos de energia eólica atuam para controlar os territórios dos assentados em concordância com a necropolítica ambiental. O estado brasileiro segrega e domina a partir da raça, uma vez que destrói os modos de vida do campesinato negro enquanto celebra o desenvolvimento sustentável e a energia renovável (NERI, 2020; SILVA, 2021)

Assertivas demonstradas quando são diferenciados os conceitos de “biopoder” e “necropolítica”. O primeiro conceito menciona a otimização do cálculo necessário à produção de corpos dóceis e economicamente ativos (FOUCAULT, 2012). No caso de “necropolítica”, é mencionada a maneira que o estado sentencia quem deve ser deixado para morrer (MBEMBE, 2003). Nesse sentido, a agricultura familiar é a maior prejudica pelas eólicas (TRALDI, 2019).

Tradicionalmente, a agricultura familiar é fundamental na vida rural da Região Nordeste. O projeto residencial no campo é o esteio de um ambiente social, defendido como um lugar de vida pelos mesmo camponeses (WANDERLEY, 2000). A agricultura familiar é uma unidade de produção, na qual o trabalho, a terra e a família estão entrelaçadas; na qual são desenvolvidos processos produtivos pelos camponeses em territórios singu e complexos; além disso, se estabelece uma relação de coprodução com a natureza (CARNEIRO, 1998; CAZELLA, A. A.; BONAI, P.; MALUF, R. S., 2009). Portanto, a família rural constrói um projeto autônomo com os seus recursos (terra, trabalho e capital), ainda que escassos. Um projeto pautado pela pluriatividade, cooperação e solidariedade. Geralmente, tais fatores criam relações autônomas com mercados diversos (SABOURIN, 2009). Em outras palavras, a agricultura familiar é:

Uma unidade indissolúvel do grupo doméstico e de seus membros, ao mesmo tempo produtores e consumidores, e o fato que a terra, é um meio de subsistência e não um capital a rentabilizar, motivo pelo qual não se pode analisar o sistema econômico camponês nos termos da economia industrial (SABOURIN, p. 13, 2009).

De modo geral, são características do campesinato na Região Nordeste: (i) um grau de parentesco, pois os membros de uma comunidade rural costumam depender dos seus laços familiares; (ii) a geografia, pois a maioria dessas comunidades surgiram da fragmentação de latifúndios do período colonial ; (iii) a reciprocidade entre o campo material e o simbólico (WANDERLEY, 2000; CARNEIRO, 1999; SABOURIN, 2009).

A colonização europeia não utilizou uniformemente a mão de obra escravizada no Brasil. Na produção agrícola, por exemplo, houve o mecanismo conhecido por "brecha camponesa", que possibilitou a concessão aos escravizados de pequenas parcelas de terra nas áreas menos produtivas dos latifúndios. A brecha foi aberta com a anuência dos escravocratas para amenizar os conflitos internos e explorar o policultivo dos cativos (CARDOSO, 1987). Uma política que pouco ou nada alterou a estrutura do escravismo brasileiro e a exploração extrema da força negra de trabalho, porque a brecha camponesa apenas reproduziu o poder escravocrata da casa grande (NUNES, 2019).

Atualmente, o campesinato negro no Nordeste do Brasil tem diversas formas de viver, se organizar politicamente e produzir, construindo e transmitindo a agricultura familiar, assim incrementando uma base de conhecimentos ancestral. As comunidades rurais não são estanques, pois inovam nas ocupações agrícolas, criações de territórios e culturas próprias, baseadas no parentesco, nos usos e manejos coletivos da terra. As histórias de vida dos camponeses são dinâmicas e atravessadas, em grande medida, pelos conflitos fundiários (GOMES, 2015).

Secularmente, o campesinato negro vem desenvolvendo conhecimentos e práticas sustentáveis no Nordeste do Brasil, por exemplo, o manejo de pequenos animais, a otimização do abastecimento de água, a ampla utilização da flora para alimentação e cura, inclusive dos animais, assim como o plantio sustentável de sementes crioulas, que são espécies mais adaptadas à região (NUNES, 2019). Essa base de conhecimentos ancestrais da agricultura familiar é marcante, com destaque também para as técnicas de cultivo rotativo, métodos de irrigação e práticas de

conservação do solo. Esses conhecimentos são transmitidos oralmente de geração em geração e traz um real impacto na produção agropecuária da região nordeste.

Essa produção agrícola vem se modificando, por causa da implementação de linhas de transmissão e parques eólicos, que invadem os territórios dos camponeses e devastam biomas. Vale ressaltar que é impossível produzir energia de forma totalmente limpa (SILVA, 2021). As linhas de transmissão, como elemento central desse sistema, destacam-se por sua posição estratégica no processo de expropriação e apropriação da terra. Criando uma dinâmica de conflitos territoriais. O instrumento legal utilizado nesses casos é a servidão ambiental. Na prática esse procedimento jurídico coloca as comunidades em relação direta com os fios e equipamentos elétricos de alta tensão. Limitando também as terras para produção onde resulta num processo gradual de expulsão/desapropriação dessas comunidades.(ANDRADE,2021).

O discurso sobre a expansão da fonte eólica, apresentado como um meio de combinar o progresso e a modernização dos territórios com a preocupação ambiental, tem sido usado como uma forma de mascarar práticas socialmente injustas no Brasil. Essas práticas incluem invasão de propriedades, apropriação de terras, desmatamento descontrolado, comprometimento de corpos hídricos e contratos questionáveis, que se tornaram comuns entre as empresas do setor eólico brasileiro (TRALDI,2018).

Vale salientar que o processo de implantação de parques eólicos no Brasil é resultado de uma combinação de fatores internos e externos. Para a indústria eólica mundial, o Brasil configura-se como uma nova e importante fronteira para a acumulação capitalista, pois entre os novos mercados emergentes era o único sem empresas especializadas na fabricação de aerogeradores, ou seja, o Brasil caracterizava-se como um mercado consumidor novo. (TRALDI,2018).

Considerando que a localização da atividade de geração de energia eólica deve sempre respeitar o padrão de distribuição e disponibilidade do potencial eólico,

estando diretamente associada a uma condição físico-territorial, a implantação de parques eólicos no Brasil tem se concentrado na região Nordeste. O processo de instalação de parques eólicos inicialmente se concentrou no litoral, onde já se sabia que os ventos eram intensos e constantes. Posteriormente, iniciou-se um processo de interiorização para o semiárido.(TRALDI,2018).

A instalação de empreendimentos eólicos requer áreas de terra para a colocação dos aerogeradores, uma vez que a produção de energia eólica está diretamente conectada ao espaço geográfico em que está situado. Para acessar e controlar essas áreas, as empresas do setor utilizam o arrendamento de terras por períodos que duram de 25 a 50 anos. A instalação dos parques eólicos ocorre em áreas com diferentes regimes de propriedade, incluindo terras em assentamentos de reforma agrária, como no estado do Rio Grande do Norte, terras de Comunidades de Fundo e Fecho de Pasto , como no semiárido baiano, terras de pequenos produtores familiares, como no interior da Paraíba e terras pertencentes a comunidades pesqueiras no litoral do Ceará.

## **2.1 SÍTIO AGATHA, AFROECOLOGIA E A LUTA ANCESTRAL PELA TERRA**

Na cultura dos povos africanos Mandê, a oralidade tem no *griot* (*griote* é a forma feminina) a vocação de preservar e transmitir conhecimentos, conservando, assim, a memória coletiva. O papel do *griot* é conservar a palavra de paz e esperança. A oralidade mantém a memória comunitária, marcando os comunitários, que encontram na ancestralidade o fundamento das suas identidades sociais. Portanto, a oralidade é um instrumento da organização política e da luta social do povo preto. Sublinhamos o relato de Nzinga Cavalcante (2022) sobre a ancestralidade:

Antigamente a gente não falava muito sobre os nossos ancestrais. Hoje a gente sabe dos nossos ancestrais e da nossa história. Com o

decorrer do tempo, as nossas raízes vêm brotando com mais força, é muito interessante quando a vida traz todo esse passado para o presente. Antes de acampar no Engenho Prado, a gente já acompanhava outras histórias e ocupações. Daí a vontade de participar, de cultivar a terra e valorizar as coisas que a terra nos traz. Esse resgate vem de 1988, da escolha do meu nome. É o povo que foi sequestrado de Mbundo para viver escravizado nestas terras. Nossa ancestralidade vem desde a escolha do meu nome até os dias de hoje, da luta e da resistência.

A historiadora Beatriz Nascimento (2017) conta que o território da etnia Mbundo, hoje no sul de Angola, foi brutalmente atacado pelo colonizador europeu no século XV. O objetivo do ataque foi sequestrar homens e mulheres para servir como escravos no Brasil Colônia, na atual Região Nordeste do Brasil. Nessa época, os Mbundos eram um povo numeroso, organizados em clãs, cujas principais atividades econômicas eram a agricultura e o pastoreio.

A luta fundiária de Luiza e Nzinga Cavalcante se dá a partir da ancestralidade. Segundo as entrevistadas, em 1997, elas se juntaram a outras 300 famílias para a desapropriação do Engenho Prado, em Tracunhaém (PE), que já não cumpria a sua função social há 40 anos. Em 2005, finalmente, o engenho foi desapropriado e se transformou no Complexo de Assentamentos do Prado. Em 2006, o Sítio Agatha foi fundado em uma das parcelas do Assentamento Chico Mendes I. O nome do Sítio homenageia Agatha Vitória, filha de Nzinga. Portanto, o Sítio foi fundado por uma família de três mulheres negras de gerações distintas. Atualmente elas contam com uma equipe de mulheres e homens negros e afroreferenciados, voltada, sobretudo, às trabalhadoras negras do campo e da cidade.

As lonas pretas viraram casas de taipa e parcelas da agricultura familiar. O Sítio participou ativamente da construção da autonomia, sustentabilidade e do resgate da ancestralidade negra no Complexo do Prado. Nas lonas, em 2000, Luiza e Nzinga Cavalcante participaram de mutirões de plantio para a subsistência dos acampados, no entanto, a colheita chegou a abastecer feiras públicas da região. Então, desde a ocupação, uma função social foi novamente atribuída ao latifúndio.

Em 2003, os acampados enfrentaram represálias violentas e as denunciaram nas mídias e instituições. Foram agressões físicas advindas de capangas e policiais,

além disso, a contaminação das águas do território ocupado, a destruição de escolas, igrejas e postos de saúde comunitários. Barbáries ordenadas pelos então proprietários do latifúndio. As denúncias dos assentados atraíram militantes e artistas que foram tocados pela resistência e coragem daquela ocupação.

Vale a pena ressaltar que o Sítio Agatha, é uma parcela com características singulares no Assentamento Chico Mendes I. Refiro-me ao funcionamento do Sítio como um centro de promoção e defesa da agricultura familiar, coordenado por mãe e filha. O sítio se consolidou como um centro de resistência das comunidades rurais pelo Estado brasileiro. Não à toa, a agricultura familiar preta sofre com sanções institucionais enraizadas no Brasil Colônia. Um período escravocrata que marca a construção da identidade nacional e embasa práticas violentas do estado que são dirigidas, sobretudo, às mulheres pretas e agricultoras.

A trajetória do Sítio Agatha culminou em uma associação embasada na afroecologia e no protagonismo das mulheres pretas no Complexo Prado. Desde então, são promovidos pré-vestibulares solidários, oficinas de comunicação, intercâmbios agroecológicos e acolhimento de jovens negros e negras vulneráveis. “Afroecologia” é o conceito adotado pelo Sítio para repensar práticas tradicionais do povo preto na agricultura e legitimá-las como crítica às práticas e epistemologias agroecológicas atualmente predominantes. Desde a fundação do Sítio, a afroecologia é fundamental para a agricultura familiar dessa parcela (OLIVEIRA, 2020).

Ao contrário da visão eurocêntrica predominante na filosofia ocidental, que tende a separar os seres humanos do ambiente em que vivem e os consideram como entidades independentes e autônomas, a perspectiva da afroecologia enfatiza a interconexão entre os seres humanos e o ambiente. Essa visão reconhece a importância de entender como o ambiente molda a vida humana e propõe uma cultura de integralidade com a natureza, que foi concebida muito antes da noção moderna de meio ambiente, como sugerido pelo pensador Nehusi (2020).

Segundo esse mesmo autor, a tradição africana tem uma abordagem holística, pois reconhece que todos têm a mesma natureza. A complexidade reside, portanto, na elaboração de um ecossistema de valores e crenças que reconheça a

terra como um elemento sagrado em uma dimensão ambiental. Uma elaboração que deve ser resguardada e transmitida para as próximas gerações. Nehusi (2020) propõe:

A resposta para os problemas de destruição ambiental, impotência, exploração, genocídio cultural e falta de desenvolvimento sustentável em África está na direção de nos repararmos, de nos tornarmos Africanos novamente, retornar ao nosso país. Cultura e nossa identidade sem medo ou compromisso. Isso deve ser realizado, não de uma maneira romântica sem imaginação, mas em uma resposta criativa à perda de conhecimento, habilidade e técnica associada ao Grande Holocausto (2020, p. 18).

Na memória coletiva do Sítio Agatha, está guardada uma diversidade de práticas ambientais tradicionais, que são transmitidas, por exemplo, nos cânticos no mutirão de plantio de milho crioulo, nas cirandas para animar e distrair as crianças, na batida ritmada do coco de roda no preparo da taipa e na cozinha coletiva em torno do forno de bairro. São práticas que nos aproximam da natureza e da ancestralidade. Além disso, propõem a superação da crise ambiental e do ódio antinegro na sociedade brasileira (OLIVEIRA, 2020). Destaco o relato de Luiza Cavalcante (2022) sobre a terra e a herança ancestral:

Eu tenho memória do cuidado com a natureza, com a vida da barreira, da água e de quem está com fome. Essa relação com a terra, a vida e a natureza vem me acompanhando e forma o Sítio. A gente busca manter isso no fazer de todo dia. Esse jeito de cuidar é afroecologia. A gente traz as memórias e as lembranças de como nossos pais e avós faziam, esses cuidados. Trazer isso para hoje tem sido importante e fortalecedor. O fazer do povo preto e o povo preto está ligado à África. A gente foi arrastado de lá para viver em sofrimento, também na reinvenção da vida, na resistência para lutar e saciar a fome de direitos que a vida tem. A gente multiplica o que a gente viu os nossos pais fazerem.

Para a pesquisadora Oliveira (2020), tal narrativa demonstra a preservação de valores, expressões e práticas que englobam o modo de vida africano nas memórias de mulheres negras, na diáspora brasileira. Então, Luiza Cavalcante expressa uma cosmologia essencialmente africana quando relata a sua experiência pessoal. Essa cosmologia está no cerne das reações de Luiza e Nzinga Cavalcante diante da implementação das linhas de transmissão no Assentamento Chico Mendes I. Nesse caso, a cosmologia africana compreende a relação entre a natureza e a

feminilidade de maneira estreita, em especial a mulher negra é compreendida enquanto a extensão do ambiente, com poderes vitais e regenerativos semelhantes.

### 3. METODOLOGIA

O artigo surgiu de uma pesquisa qualitativa acerca dos impactos socioambientais advindos da implementação de linhas de transmissão em assentamentos rurais. Interessei-me especialmente pela formulação desses impactos pelas fundadoras do Sítio Agatha, mulheres negras que cultivam e coordenam essa parcela. As principais técnicas de coleta de dados foram a observação participante e a entrevista narrativa. Escolhidas para atender aos objetivos de registrar e apresentar a percepção dessas camponesas em relação às linhas de transmissão instaladas compulsoriamente no seu território. Para tal, foi indispensável empregar, enquanto observador, uma comunicação prosaica de contar e ouvir histórias (ASANTE, 2015).

Durante a pesquisa, fui tocado por memórias da Mata Norte de Pernambuco. Sou um homem preto em diáspora e me encontrei ancestralmente com o Sítio Agatha em 2010, como educando em um dos mutirões agroecológicos do Sítio. Porém, há muito anos atrás, tanto o lado paterno quanto materno da minha família trabalhavam nos engenhos açucareiros de Tracunhaém (PE).

Vive na minha memória o relato do meu avô materno, Luis Antônio da Silva, sobre a sua migração forçada para o Recife. Sereno e sábio, meu avô me contou que andou de Nazaré da Mata até a capital pernambucana, onde fixara residência. Eu era criança e me surpreendeu os detalhes dos relatos dele. Meu avô, um preto velho do bigode fino, também me encantou com histórias sobre a agricultura e a cultura popular da Mata Norte.

Mesmo no Recife, a minha família, tanto a materna quanto a paterna, continuou plantando e convivendo com a natureza. Meu avô cultivou horta nas margens do Capibaribe, no Caiara, comunidade da Zona Oeste, seguindo os ciclos da maré. Já a minha avó paterna, Eudesia Xavier Soares, adquiriu um sítio de 2 hectares na Vila Dois Carneiros, em Jaboatão dos Guarapes (PE). Sítio que aproveitei quando criança, correndo no campo e escalando as árvores. Ainda vejo a

minha avó assobiar para chamar o vento, e os saguis comendo frutas após ela chamar cada um pelo nome. Nessa época, se deram os meus primeiros contatos com a espiritualidade, em conversas cotidianas com as forças da natureza presentes neste sítio.

Contudo, a Grande Cheia de 1975, no Recife, obrigou a minha família materna a abandonar o Caiara. O destino deles foi a comunidade do Ibura. Atualmente uma das maiores e mais populosas comunidades do Recife, geralmente associada à pobreza e violência urbana pela opinião pública. Lá foi onde eu cresci de fato. Nos meus 13 anos, a brincadeira de rua mais popular era “polícia contra ladrão”, que reproduzia o cenário mórbido do bairro. Nessa época, eu conheci o sentimento de perda, pois o meu primo foi assassinado em uma das principais vias do Ibura.

Hoje percebo que continuo a diáspora da minha família. Encontrar-me com o Sítio Agatha faz parte de um processo ancestral. Algo que pode ser compreendido na tradição da *Sankofa*, um ideograma denominado de *adinkra*, que representa um pássaro que volta a cabeça à cauda. Uma tradução do ideograma: retornar ao passado para ressignificar o presente e construir o futuro. Voando com o pássaro Sankofa, sobrevoamos a nossa história, a do Sítio Agatha junto à minha, durante a pesquisa.

A fim de valorizar a tradição oral, a partir de uma abordagem afro-referenciada da diáspora africana na Região Nordeste, posicionei narrativas pretas no centro da análise dessa pesquisa (ASSANTE, 2015). Considerando a extensão e a profundidade da necropolítica ambiental na Mata Norte de Pernambuco, além disso, que a oposição ao *establishment* não se limita a pequenas reivindicações, defendo a desconstrução completa do sistema racista vigente, inclusive da sua *intelligentsia*, responsável pela ideologia do opressor, que se erigiu sobre teorias científicas. Para tanto, importa “codificar nossa experiência por nós mesmos” (p.13), sistematizá-la, interpretá-la e tirar desses atos lições teóricas e práticas conformes com a cosmopercepção do povo negro (NASCIMENTO, 2002).

Os principais dados dessa pesquisa estão na cartilha "Transmitindo Resistência: Estratégias de enfrentamento aos megaempreendimentos de energia".

Essa cartilha sistematizou a experiência do Sítio Agatha frente aos impactos socioambientais causados pela linha de transmissão (LT) 500 kV Campina Grande III – Pau Ferro. Nessa cartilha, estão as entrevistas narrativas com Luiza e Nzinga Cavalcante, mãe e filha, mulheres negras de diferentes gerações, agricultoras e coordenadoras do Sítio Agatha. Entre memórias, reflexões, aprendizados e ensinamentos, elas apresentaram o território e contaram como a instalação da linha de transmissão impactou o ambiente e a saúde mental. O objetivo dessa entrevista foi examinar aspectos da ancestralidade, território, afroecologia, resistência, organização social e os impactos socioambientais ocasionados pela linha de transmissão. A íntegra da entrevista consta na referida cartilha.

Entrevistas narrativas são ricas, pois se referem a experiências pessoais das interlocutoras de pesquisa; são detalhadas e úteis para projetos de pesquisa que buscam resgatar as histórias das comunidades rurais (JOVCHELOVITCH, 2008). Por exemplo, a história das linhas de transmissão no Assentamento Chico Mendes II. Também optei pela observação participante, que fez com que eu interagisse com o cotidiano das interlocutoras de pesquisa e compreendesse as representações, práticas, comportamentos e os significados que atribuem à natureza. Assim, compartilhei vivências e participei sistematicamente das atividades econômicas, sociais, culturais e políticas das mesmas (CHIZZOTTI, 2011).

A coleta dos dados primários teve dois instrumentos principais: (i) entrevistas narrativas; (ii) observação participante do Sítio Agatha, com visitas a outras parcelas do Assentamento Chico Mendes I. Os instrumentos da coletas de dados foram o gravador, a máquina fotográfica e a câmera filmadora. Os dados secundários foram coletados nos artigos, teses, dissertações e trabalhos apresentados em congressos de energia eólica. Após a coleta, transcrevemos as entrevistas, arquivamos e classifiquei os dados. Em seguida, analisei o conteúdo para sistematizar os dados da pesquisa. Analisei os dados objetivamente, sem negar a subjetividade, inerente a todo processo de pesquisa (BARDIN, 1979).

Durante a análise da pesquisa, utilizei o seguinte conceito de campesinato negro: um conjunto de grupos dedicados a atividades agrícolas, cujos núcleos familiares afrodescendentes são a principal fonte de mão de obra nos

assentamentos rurais. (NUNES, 2021) Em pesquisa inédita, o Censo Agropecuário (2019) revelou dados acerca da questão racial no campo. Por exemplo, na Região Nordeste, existem mais produtores rurais negros do que brancos (2,6 milhões de negros para 2,2 milhões de brancos); quando o Censo Agropecuário considerou a posse e a extensão das propriedades, verificou que os camponeses negros também são maioria nas propriedades com menos de cinco hectares.

Em um contexto de desigualdades agrárias busco identificar e analisar na pesquisa os impactos socioambientais ocasionados pela implementação da linha de transmissão. Além disso, tento captar elementos do terror psicológico e o adoecimento dos corpos negros enquanto consequência da expansão da energia eólica, contudo são oficialmente desconsideradas como tais. Considero tais consequências como parte da necropolítica ambiental do estado brasileiro, que historicamente discrimina o camponato negro (MBEMBE, 2003). Assim, práticas contemporâneas desse estado, por exemplo, a necropolítica dos megaempreendimentos de eólicas na Região Nordeste, reforça as ameaças institucionais às comunidades camponesas, negras e assentadas na Mata Norte de Pernambuco.

## **5. RESULTADOS E ANÁLISE**

A Linha de Transmissão 500 kV Campina Grande III – Pau Ferro, que corta o Sítio Agatha, possui aproximadamente 130 km de extensão e interceptam 15 municípios dos estados de Pernambuco e da Paraíba, 9 deles estão em Pernambuco (Orobó, São Vicente Ferrer, Vicência, Machados, Buenos Aires, Nazaré da Mata, Tracunhaém, Araçoiaba e Igarassu) e 6 na Paraíba (Campina Grande, Queimadas, Fagundes, Itatuba, Aroeiras e Natuba). O objetivo dessa linha é distribuir a energia eólica produzida na Região Nordeste para outras regiões do Brasil.

A empresa responsável pela implementação dessa linha de transmissão é a RIALMA S/A grupo privado com atuação nos setores de energia, agronegócio e

mineração. A empresa está sediada em Brasília, no Distrito Federal, e opera em oito estados brasileiros e 62 municípios. Seu foco principal foi por muito tempo só o ramo agropecuário, com atividades iniciadas há 35 anos, incluindo o cultivo de lavouras de grãos e pecuária em grandes latifúndios no estado de Mato Grosso. Atualmente, a empresa fornece 8.100 toneladas de carne por ano para os mercados nacionais e internacionais.

Na área de energia, a RIALMA S/A tem atuação na geração, transmissão e recepção, com ênfase na energia eólica e hídrica. Essa empresa atua na implantação de Parques Eólicos na região Nordeste do Brasil, com planos de instalação de mais de 2.000 MW em energia eólica nos próximos 10 anos. Recentemente, a RIALMA S/A participou do Leilão no 05/2016 e foi vencedora em três lotes, totalizando cerca de 500 km de linha de transmissão a serem construídas. Tratamos aqui especificamente do lote 23 que conectará a Subestação Campina Grande III à SE Pau Ferro em 500 kV, nos estados da Paraíba e de Pernambuco.

A instalação dessa linha exige uma área de 60 metros sob a linha de transmissão, que é apropriada pela empresa Rialma, responsável pelo equipamento como faixa de servidão para a manutenção permanente do próprio. Portanto, foram necessários, no mínimo, 7.800 quilômetros quadrados de área desmatada, excluindo as vias de acesso ao empreendimento e as áreas ocupadas pelas torres. Além do desmatamento, as faixas de servidão também são apartadas das comunidades rurais.

Nesse caso, a alienação e exploração do território atendem a demandas internacionais. Especificamente, a ampliação do parque eólico atende ao aumento da demanda mundial por energia. As turbinas eólicas produziram cerca de 14.167 megawatts (MW) em julho de 2022, no Nordeste, equivalente a 123,2% da demanda mensal por energia na região. Dos 619 parques eólicos instalados no Brasil, 523 estão localizados no Nordeste. Um estudo da Associação Brasileira de Energia Eólica previu investimentos de cerca de 50 bilhões de reais nas linhas de transmissão nos próximos anos (ABEEOLICA, 2022). A instalação dessas linhas no Nordeste é financiada por fundos internacionais de investimentos. Atualmente os preços internacionais de energia estão em alta (TRALDI, 2019).

A apropriação territorial, nesse caso, resulta em impactos ambientais diretos e indiretos. A legislação brasileira exige que o agente causador do dano indenize as comunidades prejudicadas. Existem basicamente três formas de medidas mitigatórias para reparar os danos ambientais: a) restauração natural; b) compensação ecológica equivalente; c) compensação monetária. No entanto, obedecer à lei não foi a regra no processo de implementação da linha de transmissão no Assentamento Chico Mendes I.

Em geral, as medidas mitigatórias não foram efetivadas. Na tabela abaixo, estão as medidas mitigatórias obrigatórias, que deveriam ter sido realizadas pela empresa responsável, são justamente as que foram apresentadas para a aprovação do licenciamento ambiental, e o retorno das entrevistadas do Sítio Agatha acerca dessas medidas:

Tabela 1 – Impactos e medidas mitigatórias no Sítio Agatha

<b>IMPACTOS</b>	<b>MEDIDAS MITIGATÓRIAS</b>	<b>OBSERVAÇÃO DA COMUNIDADE IMPACTADA</b>
<i>Perda e alteração de habitats</i>	Supressão da Vegetação por Corte Seletivo: refere-se à supressão de indivíduos isolados em detrimento de medidas de segurança e operacionais conforme normatizado pela NBR 5.244/1985;	A supressão da vegetação foi feita de forma indiscriminada e a população não recebeu uma indenização justa em relação às áreas desmatadas.
	Priorizar acessos preexistentes, evitando assim a retirada da vegetação.	A empresa não priorizou os acessos existentes e abriu novas estradas, que desmataram novas áreas além de desencadear processos erosivos nesses locais.
	Executar os Programas Ambientais, Programa de Recuperação de Área Degradada, Programa de Supressão Vegetal, Programa de Resgate de Germoplasma e Programa de Reposição Florestal.	Nenhum dos programas citados no Licenciamento Ambiental foi apresentado para a comunidade.
<i>Colisão de avifauna</i>	Utilização de sinalizadores em formato espiral para tornar a linha e estruturas estaiadas visíveis às aves.	Não há nenhuma forma de sinalização e desde a instalação das linhas inúmeras aves são encontradas mortas nos arredores da LT.
	Execução do Programa de Monitoramento de fauna, com enfoque sobre as espécies susceptíveis a colisão.	Nenhum programa foi apresentado à população.
<i>Interferência na rotina das populações</i>	Orientar a população sobre o convívio com o empreendimento.	Desde a instalação a única orientação feita foi a entrega de um folheto com as restrições de uso da faixa de servidão.

	Executar o Programa de Comunicação Social e Educação Ambiental nas comunidades informando sobre a rotina do empreendimento.	Nenhum programa foi apresentado à população.
	Executar o Programa Ambiental para Construção (PAC).	Nenhum programa foi apresentado à população.
<i>Restrições do uso do solo</i>	Realizar no pré-cadastramento dos proprietários das terras um diálogo sobre uso da faixa de servidão, valores de indenizações e permissão de passagem.	Durante essa fase não houve diálogo.
	Executar o PCS e o PEA nas propriedades e comunidades inseridas na AID do empreendimento.	Nenhum programa foi apresentado à população.

Fonte: Autor, baseado no Relatório Ambiental Simplificado

Após a consolidação dos impactos ambientais causados pelas atividades da empresa, fica nítido que as medidas de mitigação não estão sendo aplicadas, mesmo que estipuladas no processo de licenciamento ambiental. A Licença Ambiental é necessária, porque grandes obras, como a instalação de uma linha de transmissão, geram inúmeros impactos para as populações e o meio ambiente. A partir daí, todo impacto produzido deve ser acompanhado por ações de mitigação. Mitigar significa reduzir ou limitar os danos potenciais dessas intervenções nos territórios..

No entanto, a Linha de Transmissão 500 kV Campina Grande III – Pau Ferro é classificada como “obra de interesse nacional”, por isso é blindada a ponto de ser estabelecida uma faixa de servidão cuja empresa tem acesso irrestrito. Com isso, os assentados passarão a conviver com impactos intermináveis e inúmeros incômodos, já que o acesso de pessoas e veículos poderá se dar a qualquer momento para fiscalizar e realizar a manutenção da linha de transmissão. A implementação dessa linha de transmissão rasgou terras, matas e deixou um rastro de destruição. Nzinga Cavalcante comenta a devastação ambiental:

Depois das linhas de transmissão, as cobras começaram a aparecer perto de casa. Os saguis, as capivaras e os furões diminuíram. As abelhas e os pássaros foram embora. É muita pena no chão, muita pena de pássaro. Nós vemos os cadáveres. Houve uma grande alteração na biodiversidade das espécies que se concentravam na área afetada.

Então, a construção de eólicas impacta diretamente a biodiversidade. As condições já fragilizadas do Complexo Prado são agravadas. Por isso, insisto na inserção da necropolítica ambiental no debate acerca das eólicas, uma vez que ultrapassam os limites da resiliência biofísica, tornando ecossistemas insustentáveis ambientalmente (ZAGATTO, 2020). Também há impactos de outro tipo. A agricultora Luiza Cavalcante (2022) relata a deterioração da sua saúde mental:

Vivi momentos tão difíceis, todo o processo foi muito difícil. Eu não conseguia me segurar, tudo o que era sagrado sendo remexido e destruído, e eu sem poder impedir. Tiveram momentos que foram bem difíceis de lidar com as emoções. Durante a investida da empresa dentro da nossa terra, eles abriram caminhos e furaram o solo. Foi muito difícil.

A devastação ambiental está necessariamente relacionada às violências psicológicas de gênero e raça. São as mulheres negras que menos acessam os recursos naturais e enfrentam as maiores ameaças de violência da necropolítica ambiental no Brasil, principalmente, se elas tiverem que defender os próprios territórios. Mas os impactos não afetam apenas as mulheres que se manifestam, pois todas as mulheres enfrentam riscos ambientais onde grandes eólicas são implementadas. Nzinga Cavalcante (2022) reflete sobre as violências de gênero e raça perpetradas pela empresa responsável pelas linhas de transmissão:

A empresa é desumana, completamente desumana. Quando descobriram que eram mulheres que estavam administrando a terra, o desrespeito aumentou. A gente teve que se impor com alegações jurídicas e humanas. Eu me sentia como no tempo em que eles chegaram na África. Para roubar nosso ouro, trazendo as pessoas sempre para a ganância do dinheiro, para a avareza, dessa avareza para o sangue, esse pecado.

Essa reflexão apontou para a raiz da violência colonial: o controle territorial mediante a financeirização da terra. Os territórios foram historicamente transformados em ativos financeiros pelos colonizadores. Logo, foi quebrado um ciclo ancestral de gestão territorial coletiva nas Américas e na África. Uma ruptura que atingiu diretamente as mulheres negras, pois as leis metropolitanas definiram que apenas os homens teriam o direito de usufruir da terra (OYĒWÙMÍ, 2022).

Há uma continuidade histórica no Nordeste do Brasil na crescente apropriação de terras por empresas de energia renovável. As comunidades rurais sofrem com a financeirização e estrangeirização dos seus territórios. A necropolítica ambiental, então, utiliza da narrativa de “energia limpa” como estratégia para adequar a natureza a objetivos comerciais. Nessa medida, submetendo o corpo negro a situações sistematicas de degradações soioambientais.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A implementação da Linha de Transmissão 500 kV Campina Grande III – Pau Ferro, o Sítio Agatha, uma parcela da reforma agrária do Assentamento Chico Mendes II, na Zona Rural de Tracunhaém, impactou significativamente a fauna, flora e o bem-estar do campesinato negro. Nesse sentido, a chamada “energia limpa” devasta o ambiente desse território.

A implementação da linha de transmissão, que tem por estratégia a financeirização das parcelas dos assentados, é uma necropolítica ambiental que desfavorece as comunidades rurais negras, privando-as de garantias legais e as obrigando a conviver com processos de adoecimento físico e psíquico.

A pesquisa evidenciou a continuidade do poder colonial, exercido pela supremacia branca em nome da maximização dos próprios lucros. Por outro lado, as narrativas de Luiza e Nzinga Cavalcante (2022) são antíteses à necropolítica ambiental, à natureza anti negra e hierárquica do capitalismo. Por fim, compreendo que uma estratégia política de sustentabilidade ambiental na Região Nordeste depende da participação efetiva das comunidades rurais, sobretudo, das camponesas negras.

## REFERÊNCIAS

ABEEOLICA (Associação Brasileira de Energia Eólica). **Boletim anual de geração eólica 2021**. Disponível em: <https://bit.ly/3h20g0P>. Acesso em 18 de out. de 2022.

ASANTE, Molefe Kate. **Afrocentricidade**. Philadelphia: Editora Afrocentricity Internacional, 2014.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1979.

BAUER, Martin (Ed.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008. p. 90-113.

CARDOSO, Ciro Flamarion S. **Escravo ou camponês? O protocampesinato negro nas Américas**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

CARNEIRO, Maria José. **Camponeses agricultores e pluriatividade**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 1998.

CAVALCANTE, Luiza. **Transmitindo Resistência: estratégias de enfrentamento aos megaempreendimentos de energia**. Disponível em: [https://sitiogatha.org/?page\\_id=411](https://sitiogatha.org/?page_id=411). Acesso em 18 de out. de 2022.

CAZELLA, A. A. BONAI P. e MALUF R. S. (Org.). **Agricultura Familiar: multifuncionalidade e desenvolvimento territorial no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad, 2009, p. 47-69.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais**. Petrópolis: Vozes, 2011.

FERNANDES, Florestan. **O negro no mundo dos brancos**. São Paulo: Difel, 2007.

GOMES, F. Santos. **Mocambos e quilombos: uma história do campesinato negro no Brasil**. 1. ed. São Paulo: Claro Enigma, 2015.

JOVCHELOVICH, S.; BAUER, M. W. Entrevista Narrativa. In: Bauer M. W., Gaskell G. (Org.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis: Vozes, 2002, p. 90-113.

NEHUSHI, Kimani. **Humanity and the environment in Afrika: environmentalism before the environmentalists**. African Union Ten Years After: Solving African problems with Pan Africanism and the African Renaissance. African Institute of South Africa, Pretoria, South Africa, October, 2013.

MBEMBE, Achilles. Necropolitics. **Public Culture**, Duke, v. 15, n. 1, p. 11-40, 2003.

NASCIMENTO, Abdias do. **O genocídio do negro brasileiro**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978, p. 19-123.

NASCIMENTO, Beatriz. **Quilombola e intelectual: possibilidade nos dias de destruição**. 1 ed. São Paulo: Editora Filhos da África, 2017.

NERI, Marlon., et al. Green versus green? Adverting potential conflicts between wind power generation and biodiversity conservation in Brazil. **Perspectives in Ecology**

Instituto Federal de Pernambuco. *Campus Recife*. Curso de Especialização em Educação Ambiental e Cultural. 15 de dezembro de 2023.

**and Conservation**, v. 17, n. 3, p. 131-135, 2019. Disponível em: <https://bit.ly/3aRsC9V>. Acesso em 15 abr. de 2020.

DA SILVA, J. N. A atualidade do campesinato negro no nordeste brasileiro e suas contribuições para a construção do conhecimento agroecológico. **Revista Brasileira de Agroecologia**, [S. l.], v. 14, n. 2, p. 17, 2019. DOI: 10.33240/rba.v14i2.22981. Disponível em: <https://revistas.aba-agroecologia.org.br/rbagroecologia/article/view/22981>. Acesso em: 8 nov. 2022.

OLIVEIRA, Rosane Suellen. **Identidade negra, território e memória: a história de vida de Luiza Cavalcante e o Sítio Agatha, Tracunhaém (PE)**. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal Rural De Pernambuco, Recife, Pernambuco, 2021.

OYĚWÙMÍ, Oyèrónkẹ. **A invenção das mulheres: construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero**. Trad. Wanderson Flor do Nascimento. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.

PAIS, Pedro. Cabos de alta tensão: perigos para a saúde. Doutor Finanças, 21 ago. 2007. Disponível em: <https://www.doutorfinancas.pt/vida-e-familia/cabos-de-alta-tensao-perigos-para-a-saude/>. Acesso em: 8 mai. 2022.

SABOURIN, Eric. **Camponeses do Brasil: entre a troca mercantil e a reciprocidade**. Rio de Janeiro: 1. ed. Garamond, 2009.

SILVA, T. Impactos dos ventos a partir da ambientalização e estrangeirização da terra. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, [S. l.], v. 13, n. 27, p. 249–267, 2022. DOI: 10.14295/rbhcs.v13i27.12968. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/rbhcs/article/view/12968>. Acesso em: 8 nov. 2022.

TRALDI, Mariana. **Acumulação por despossessão: a privatização dos ventos para a produção de energia eólica no semiárido brasileiro**. 2019. 1 recurso online (378 p.). Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Geociências, Campinas, SP.

WANDERLEY, M. N. Baudel. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas: o “rural” como espaço singular e ator coletivo. Rio de Janeiro. **Estudos Sociedade e Agricultura**, p. 87-145, v. 8, n. 2, 2000.

ZAGATTO, Bruna Pastro; DE SOUZA, Luiz Enrique Vieira. A necropolítica ambiental nos quilombos de Ilha de Maré, Bahia, Brasil. **Amazônica - Revista de Antropologia**, [S.l.], v. 12, n. 1, p. 253-276, out. 2020. ISSN 2176-0675. Disponível em: <<https://periodicos.ufpa.br/index.php/amazonica/article/view/8551>>. Acesso em: 08 nov. 2022. doi:<http://dx.doi.org/10.18542/amazonica.v12i1.8551>.